

Tomada de Preço nº 001/2010

(Empreitada por preço global)

PROCESSO nº 08335.0012033/2010-11

Anexo V

MINUTA

CONTRATO Nº ____/2010-SR/MS

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
DE REFORMA DOS TELHADOS DO
EDIFÍCIO PRINCIPAL E DA GARAGEM DA
SR/DPF/MS, QUE CELEBRAM, ENTRE SI, A
UNIÃO E A**

**DECORRENTE DO PROCESSO DE Tomada
de Preço Nº 001/2010, SIAPRO Nº
08335.0012033/2010-11.**

A **UNIÃO FEDERAL**, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, com sede à Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322, Vila Sobrinho em Campo Grande-MS, inscrita no CGC/MF sob nº 00.394.494/0084-63, neste ato designada simplesmente **CONTRATANTE** e representada pelo seu Superintendente Regional _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, SSP/____, e inscrito no CPF/MF sob nº _____, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 38, inciso III, do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1.300, de 04 de setembro de 2003, do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Justiça, e a Empresa _____, instalada na _____, _____/MS, CNPJ _____, neste caso designada simplesmente CONTRATADA, representada pelo Sr. _____, portador do RG nº _____, resolvem Celebrar o presente Contrato de acordo com o processo nº 08335.0012033/2010-11 – Tomada de Preços nº 001/2010-SR/MS, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Seleção de pessoa jurídica na área de engenharia para REFORMA DOS TELHADOS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL E DA GARAGEM DA SR/DPF/MS, localizada na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, em Campo Grande/MS. A presente obra segue os parâmetros especificados nos projetos e planilha de quantitativos fornecidos pelo Departamento de Polícia Federal e as especificações

enumeradas no PROJETO BÁSICO (ANEXO I do Edital) e no PROJETO EXECUTIVO e seus Anexos - Especificação, Cronograma físico-financeiro, Planilha Orçamentária e demais projetos (ANEXO II do Edital de Tomada de Preço 01/2010-SR/DPF/MS), sob a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

O presente contrato é vinculado ao Edital da Tomada de Preço nº 001/2010-SR/DPF/MS, processo nº 08335.0012033/2010-11, e seus Anexos, a proposta e aos documentos apresentados pela CONTRATADA no procedimento licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA às descritas no Edital, e ainda:

- a) Promover a anotação, registro, aprovação, licenças e outras exigências dos órgãos competentes com relação ao Projeto Executivo e os serviços de REFORMA DOS TELHADOS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL E DA GARAGEM DA SR/DPF/MS, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
- b) Executar os serviços relacionados no item anterior sob a responsabilidade técnica do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao Edital;
- c) Assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive de seguros contra acidentes no trabalho e incêndios, responsabilizando-se também por testes e ensaios tecnológicos exigíveis;
- d) Responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou sub-contratados, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da União ou de propriedade de terceiros, durante a execução dos serviços;
- e) Responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;
- f) Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
- g) Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas, até a conclusão dos trabalhos;
- h) Proceder a minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução do serviço contratado, de modo a apontar as eventuais omissões ou falhas que tenha observado, para que as mesmas sejam sanadas a tempo;
- i) Fornecer, para emprego na execução do serviço objeto, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a

regulamentação aplicável a cada caso, executando todos os serviços com esmero e perfeição;

- j) Acatar as decisões e observações feitas pelo Fiscal do Contrato, que serão formuladas por escrito em duas vias e entregues mediante recibo, cabendo a CONTRATADA o direito de recurso ao Superintendente Regional do DPF no Mato Grosso do Sul, no prazo de cinco dias úteis;
- k) Retirar do local dos serviços qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, dentro de prazo de 24 horas após receber a notificação desta;
- l) Retirar dentro de quarenta e oito horas, após receber a notificação, todo o material rejeitado pela fiscalização, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, o tudo que for impugnado, quer em razão de material ou da mão-de-obra;
- m) Sempre que pretender aplicar material ou equipamento “similar” na execução da obra, submeter à CONTRATANTE, através do Fiscal do Contrato, a correspondente consulta, acompanhada de laudos ou pareceres e levantamento de custos para a análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato;
- n) Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços objeto do presente contrato, em até 25% do valor inicial deste Instrumento de Contrato (parágrafo 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93) ;
- o) estar em dia no “Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF”, quando da apresentação das faturas e notas fiscais.
- p) Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente contrato serão executados sob responsabilidade pessoal, direta e exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a** - Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas.
- b** - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados.
- c** - Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados.
- d** - Efetuar os pagamentos devidos.
- e** - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.

f - Notificar a CONTRATADA da decisão da aceitação definitiva dos serviços.

g - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA GARANTIA

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela elaboração dos serviços objeto deste Instrumento de Contrato, o preço global total de **R\$ _____** (_____), que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão, e cujo pagamento será efetuado de acordo com o cumprimento do cronograma físico-financeiro da obra, obedecendo-se ao subitem 18.4 do Edital de convocação. Os recursos para fazer face às despesas do presente instrumento correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao DPF no Orçamento Geral da União para o exercício de 2010, sob a seguinte classificação: Nota de Crédito nº 2010NC____.

Parágrafo único: A contratada deverá apresentar garantia, conforme preconiza a lei 8.666/93, de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no valor de **R\$ _____** (_____), e de R\$ _____ (_____) a título de garantia. A integralização da garantia se dará no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato, sob pena de rescisão contratual, nos termos do item 21 do Edital de convocação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá solicitar o pagamento, ao final de cada mês, ao chefe do SELOG/SR/DPF/MS ou, em sua ausência, quem a substituir, e far-se-á em moeda corrente através de Ordem Bancária ao Banco do Brasil S/A., mediante apresentação de fatura em três vias, devidamente atestadas pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado por Portaria.

Parágrafo Primeiro - O pagamento será efetuado na seguinte conta bancária, em período não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela:

Nome da Empresa: _____

Banco: _____

Agência bancária: _____

Nº da conta corrente: _____

Cidade: Campo grande/MS

Parágrafo Segundo - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o **IPCA** ou outro índice que venha a substituí-lo, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1+IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP, \text{ onde,}$$

IPCA = percentual atribuído ao IPCA

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da ParCPLa a ser paga

N = numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- a) O prazo para a execução do objeto do presente Instrumento de Contrato será o ofertado na proposta da contratada, limitado ao máximo de **90 (noventa) dias corridos**, e terá como termo inicial o primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do contrato.
- b) O prazo de execução só poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra um dos motivos previstos no Parágrafo Primeiro do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente autuado em processo próprio e aprovado pela autoridade competente.
- c) A prorrogação de prazos, de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega da obra/serviços, poderá ser deferida pelo Sr. Superintendente Regional do DPF/MS, MEDIANTE PROVOCAÇÃO oportuna da interessada e manifestação por escrito do Chefe do SELOG/SR/DPF/MS, mantidas as demais cláusulas do contrato, desde que se enquadre nos casos elencados no artigo 57 da lei 8.666/93, autuado o processo pela Contratante ou pela fiscalização designada para acompanhar a obra, quando então será **submetida ao exame do órgão de consultoria e assessoramento jurídicos**.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá como termo inicial de vigência a data da sua publicação por extrato no DOU e vigorará até o dia **31 de dezembro de 2010**, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, pelo prazo necessário ao término da execução do seu objeto.

CLÁUSULA NONA- DO REAJUSTAMENTO

O presente contrato não será reajustado durante sua vigência, permanecendo inalterado o valor inicialmente contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas dispostas abaixo, garantida a prévia defesa:

I - Advertência:

- a) Pela recusa imotivada em atender a solicitações, pertinentes ao objeto contratado, durante o seu prazo de execução;
- b) Pela recusa imotivada da Contratada em assinar aditivos, nos casos previstos no inciso I do artigo 65 da Lei n.º 8.666;

II - Multas:

- a) De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitados a 10%(dez por cento)

do mesmo valor, por dia de atraso na execução do contrato, de acordo com a proposta da licitante;

- b)** De 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c)** De 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de paralisação na execução do contrato, seja pela empresa ou pelo responsável técnico por ela contratado, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
- d)** De 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em retirar a Nota de Empenho;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.2 - No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

11.3 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do subitem 11.1 desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II.

11.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da notificação.

11.5 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do valor do pagamento a que a Contratada fizer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, mediante motivação formal nos autos respectivos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei n.º 8.666/93, observando-se quanto à forma o disposto nos artigos 79 e 80 da mencionada Lei.

Parágrafo Único - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO NO CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei, desde que verificada negligência, imprudência ou imperícia da CONTRATADA, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93:

- a)** assunção imediata do objeto do Contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b)** retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
- c)** execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do contrato deverá ser publicado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, ainda que sem ônus, ressalvando o disposto no art. 26, em conformidade com o art. 61, § único, ambos da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado através de Portaria.

15.2 - Caberá à Fiscalização do Contrato, após vistoriar o local, atestar o cumprimento dos serviços.

15.3 - A vistoria definitiva para verificação dos serviços finalizados será realizada dentro dos cinco dias seguintes à comunicação escrita, pela Contratada, da conclusão dos serviços.

15.4 - Em caso de os serviços não estarem em conformidade com a proposta apresentada pela contratada na licitação e com os Anexos do Edital, a Fiscalização do Contrato discriminará, através de termo, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos ao Setor de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/MS, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada da obrigação de sanar as irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

15.5 - Quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao fiel cumprimento do objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

15.6 - A fiscalização será exercida no interesse da SR/DPF/MS e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, quer seja por danos causados direta ou indiretamente ao Departamento de Polícia Federal, ou a terceiros, motivados por sua culpa ou dolo, ou, falta de recolhimentos fiscais, trabalhistas ou previdenciários incidentes sobre o contrato firmado, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15.7 - À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas pela Fiscalização do Contrato, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.

15.8 - Concluídos os serviços, a Fiscalização do Contrato a receberá provisoriamente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes e dirigido ao Superintendente Regional do DPF no Mato Grosso do Sul, obedecendo-se o que dispõe o subitem 19.1.1 do Edital de convocação.

15.9 - Não concluídos os serviços dentro do prazo contratual, a Contratada estará sujeita às Sanções Administrativas previstas na Cláusula Décima-Primeira deste instrumento contratual.

15.10 - Após o recebimento provisório, o Sr. Superintendente Regional do DPF no Mato Grosso do Sul providenciará a designação de Comissão de Recebimento dos Serviços, para comprovação do cumprimento total e adequado dos termos contratuais e efetuar o recebimento definitivo do objeto, obedecendo-se o que dispõe o subitem 19.1.2 e seguintes do Edital de convocação.

15.11 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços objeto da presente licitação, em 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.

15.12 - A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues, se em desacordo com os termos do Edital e Anexos, da proposta apresentada pela contratada na licitação e do presente contrato.

15.13 - Aceitos os serviços pela Contratante, a responsabilidade da Contratada subsiste na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA- QUINTA- DA SUBCONTRATAÇÃO

A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais assumidas, poderá, com a devida anuência do SELOG/SR/DPF/MS, sub-contratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido pela Administração,

devendo a mesma, em cada caso, avaliar a conveniência de permitir a sub-contratação, respeitados os limites predeterminados, nos termos no Art. 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA- DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

É obrigação da contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de convocação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA — LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DO CONTRATO

Observar as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO FORO

Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Justiça Federal em Campo grande, Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi redigido este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelos representantes das partes contratantes na presença de duas testemunhas para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campo grande, __ de _____ de 2010.

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional

(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: